

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLII

**Celebrar a liberdade religiosa: nos
1700 anos do Edito de Milão**

AIRES A. NASCIMENTO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2021

Celebrar a liberdade religiosa: nos 1700 anos do Edito de Milão¹

AIRES A. NASCIMENTO

Ocorreu no ano de 2013 o XVII.º centenário do chamado “Edito de Milão”²: edito, porque se trata de decisão formal de autoridade³; de Milão, porque ali se situava a residência mais habitual do imperador Constantino, primeiro dos dois Augustos (o segundo era Licínio, a quem mais directamente estava confiado o Oriente). Em ritual de evocação (assim se honra a Academia em celebração de memória colectiva) não se pretendem discutir questões, mas elas erguem-se no espírito de todos e não é possível eludir o que de forma mais marcada ou de modo mais ténue, vem à memória.

Data quase perdida no tempo: não se anunciou, entre nós, qualquer aparato de *Ludi saeculares* (de *Magnum saeculum*)⁴ que chamasse a atenção para tal edito, mas seria imperdoável que, no jogo das sombras inevitáveis do ontem, passasse despercebido o acontecimento, ignorando as dimensões históricas e humanas de tal acto político. Não pode ser esquecido o significado que ele tem na memória colectiva de uma história que vamos construindo.

O tema que obrigatoriamente vem à consideração é o da liberdade religiosa, pois assim consta do texto proclamado pelos dois imperadores. Tema de actualidade inegável, até pelo contraste a que estamos expostos, em dias de laicidade,

¹ O texto que se segue é versão alargada de comunicação apresentada à Academia das Ciências de Lisboa, que evocou o XVII centenário do Edito de Milão, em 28 de Novembro de 2013.

² A natureza jurídica do texto não é consensual; de âmbito geograficamente restrito (para aplicação na região de Nicomédia, no Oriente), não seria mais que um rescrito; no entanto, foi tradicionalmente tomado como promulgação de carácter universal. Cf. Elena Percivaldi, *Fu vero Editto?*, Roma, Ancora, 2012.

³ “Edito” e não “édito”, para sermos fiéis à prosódia de origem, pois vem do latim: *edictum*, de *edico* (ou seja *e + dico*), que significa “declaração” (de autoridade); *editum* (que vem de *edo*) não é mais que “o resultado de trazer a público”; entenda-se, pois, que, embora ambas as formas existam na língua, não se podem confundir nem a contaminação é legítima...

⁴ Permitimo-nos utilizar linguagem que é acessível a quem conheça o célebre *carmen saeculare* que devia celebrar a inauguração do *magnum saeculum* e para cuja redacção foi convidado o poeta Horácio, por Augusto em Junho de 17 a.C.

mais radical do que alguma vez aconteceu⁵; entendida por muitos como indiferença a temáticas ou referências religiosas (um encolher de ombros), frequentemente passa a indiferença, em contrariedade declarada e, às vezes, em despeito ostensivo. Quem tem medo da liberdade? Ninguém confessadamente. Porque haveria a liberdade religiosa de ser coarctada? Apesar de tudo, toma-se necessária alguma ousadia para entoar um *Carmen* que seja rebate de memória e erga os olhos ao céu, sem o despeito de Epicuro (por medo de a abóbada celeste nos cair em cima). *Pace Lucretio* (sem nos erguermos contra o seu testemunho, cf. *De rerum natura*, 1,66 ss.), queremos olhar para o Alto, confiantes na capacidade de nos abirmos à luminosidade do Céu que desencadeia harmonia de corações, em olhar directo e acolhedor, sem confrontos imodestos ou fanfarrões (apenas numa *facultas* de interioridade recomposta, sem medo). Por certo, não se esfumou em ilusão o que o Edito de Milão um dia proclamou: por isso mantemos a sua memória e porfiamos na liberdade de chegarmos para além do que a nossa condição humana transporta consigo, pois não abdicamos de uma Transcendência a que nos dedicamos.

*

A seu tempo, Edward Gibbon apontou que o Edito de Constantino significou uma revolução; malgrado a sonoridade da proclamação, quedou-se ele na perplexidade do desencanto por nele adivinhar perda de toque marcial que julgava necessário para evitar a queda do Império e obstruir a passagem dos bárbaros que espreitavam nas fronteiras⁶ – como se não houvesse bárbaros intralimiaros

⁵ Ao longo do ano, sem referência ao edito constantiniano, foram vários os sinais de laicidade que se ofende com a simples demonstração de emblemas religiosos: a visita de François Hollande, Presidente francês, à Casa de Emaús, levou os responsáveis pela visita, não solicitada, a retirar o quadro de Abbé Pierre, a pretexto de perturbar a emissão televisiva; uma assistente de bordo em serviço na BA que usava um fio, em que pendia uma cruz de devoção, foi ameaçada de despedimento se não a retirasse (a pretexto de que exibia um símbolo religioso e ofendia passageiros muçulmanos – como se estes não obrigassem as suas companheiras a ostentar as vestes marcadamente religiosas); uma enfermeira, por sinal de nacionalidade irlandesa, foi compelida a retirar também a sua minúscula cruz devocional; algum dia a Cruz Vermelha mudará de nome e de símbolo...

⁶ E. Gibbon, *Decline and Fall of the Roman Empire*, cap. XX, ed. David Womersley, New York, Penguin Books, 2000.

que vivem do ódio e da perseguição aos outros, por medo de serem assaltados no que guardam avaramente⁷.

Não faltaram, porém, outras vozes, para dizerem que tal edito representou um ponto de viragem na história dos homens, porque ele pôs termo ao conflito entre paganismo e cristianismo⁸: melhor fora referir “conflito do paganismo contra o cristianismo”, pois este não hostilizava aquele, senão porque expunha os seus argumentos, em apologética de defesa; na superação, saltava a terreiro a renúncia aos poderes da tribo (em modo de Bacon) com afirmação de valores universais, abraçados em nome da resposta cristã (como a Europa pretende abarcar).

Outros preferem assinalar o *initium libertatis* do homem moderno⁹. Seja em liberdade que celebramos a efeméride. No entanto (e malgrado todas as declarações), importará, mesmo em nossos dias, garantir a expansão da disponibilidade para fruir da liberdade¹⁰, em paz de espírito que (em linguagem do próprio Constantino) tenha consistência no interior dos corações como verdadeira “cultura”, em sentido de *latreia*¹¹ que envolva tanto a *concordia hominum* como a *pax* (resultado de *pactum*) entre Deus e o Homem, na dimensão do humano que se eleva até ao divino.

⁷ Carlos Alonso del Real, *Esperando a los barbaros*, Madrid. Colección Austral, Espasa-Calpe, 1972; em tom ficcional, mas não menos oportuno, J. M. Coetzee, *À Espera dos Bárbaros*, Lisboa, Dom Quixote, 1986.

⁸ H. Bloch escreveu: “Na história da humanidade nunca houve outro momento de ruptura tão importante como o que assinala o fim do mundo antigo e o conflito final entre paganismo e cristianismo”; H. Bloch, “*La rinascita pagana in Occidente alla fine del secolo IV*”, in A. Momigliano (ed.), *Il conflitto tra Paganesimo e Cristianesimo nel secolo IV*, Torino, Einaudi, 1968, pp. 200 ss. (O original está em *The Conflict between Paganism and Christianity in the Fourth Century*, ed. A. Momigliano, Oxford UP, 1963).

⁹ G. Lombardi, *Persecuzioni, laicità. Del’Editto de Milano a la “Dignitatis humanae”*, Roma, Studium, 1991, p. 128. Já Arnaldo Momigliano, “El cristianismo y la decadencia del Império Romano”, in *Conflicto entre el paganismo y el cristianismo en el siglo IV*, Madrid, Alianza, 1989, pp. 20, havia optado por colocar no triunfo do Cristianismo, com Constantino, a queda do Império Romano, pois “o cristianismo produziu um novo estilo de vida, criou novas lealdades e deu aos homens novas ambições e novas satisfações”.

¹⁰ Segundo *The Price of Freedom denied. Religious Persecution and Conflict in the Twenty-first Century*, New-York, Cambridge U.P., 2011, ed. Brian J. Grim e Roger Finke, entre 2000 e 2007, registaram-se violações do direito de liberdade religiosa em 123 países; pelo contrário, pode assegurar-se que a liberdade de religião faz baixar a conflitualidade social.

¹¹ Cf. François Heim, “L’influence exercée par Constantin sur Lactance: sa théologie de la victoire”, in *Lactance et son temps: recherches actuelles – Actes du IVe Colloque d’études historiques et patristiques*, 21-23 Septembre, 1976, edd. Jacques Fontaine e Michel Perrin, Paris, Beauchesne, 1978, pp. 55-80.

Olhando em torno, alguém tão respeitável como o actual arcebispo de Milão, Cardeal Angelo Scola¹², em celebração inicial de centenário, ousou falar do “edito” de Milão como “partida falhada”: expressão magoada da sua parte, encerra ecos de décadas passadas e tem por alvo o malogro em que se deixaram enredar os beneficiários da decisão imperial¹³. No entanto, seria limitar o significado do acto imperial reduzi-lo à sombra que ele projecta e não lhe dar o alcance que ele merece. Em termos mais manifestos tinha ele por intenção encerrar um tempo de perseguições. Não se limitava, porém, a encerrar um templo (fosse ele o de Jano, para acabar com lutas entre cidadãos de um mesmo povo, feito de muitas nações); de facto, abria as portas a um novo Templo, sem barreiras, em que todos os povos podiam entrar: em concreto, dava liberdade de culto, mas iniciava um novo tempo romano, acolhendo a dinâmica que lhe ofereciam as comunidades cristãs espalhadas por todo o Império¹⁴.

Em narrativa tradicional, o edito de Milão seria um acto piedoso de Constantino, influenciado por sua mãe, Helena, figura que entrou facilmente na legenda hagiográfica: tal lenda não resiste a análise e não é mais que uma simplificação

¹² O cardeal Angelo Scola, no seu discurso de 6 de Dezembro de 2012, na catedral de Milão, na festa de Santo Ambrósio, ao inaugurar as celebrações centenárias do Edito de Milão apontava para o decreto conciliar do Vaticano II sobre a dignidade do homem – *Dignitatis humanae*: a pessoa humana tem o direito à liberdade religiosa; esse direito persiste, mesmo naqueles que “não satisfaçam à obrigação de procurar a verdade e de a ela prestarem adesão”. Servimo-nos da tradução francesa, publicada em *La Documentation Catholique*, 5 de Fevereiro de 2013, pp. 119-123, dentro da rubrica “La laïcité en question”. A intervenção do cardeal foi recebida com algum agastamento, mas ele, em réplica, acentuou que o importante é “não esquecer a Deus”. Cf. Angelo Scola, *Não nos esqueçamos de Deus – liberdade de fé, cultura e política*, Lisboa, Paulinas, 2013.

¹³ A posição não é nova: J.-R. Palanque, in *Histoire de l’Eglise*, ed. A. Fliche e V. Martin, Paris, Blou & Gay, 1939, III, p. 65, acentuava: “*Le Césaropapisme n’est pas son fait, et l’Etat n’est, avec lui, que le bras séculier de l’Eglise. Néanmoins, il faut bien constater que, dès le lendemain de la paix constantiniennne, le libre jeu de l’autonomie ecclésiastique est faussée*”. A denúncia da “era constantiana” como clericalizante teve o seu arauto em Marie-Dominique Chenu, teólogo dominicano, em 1961, vésperas de realização do Concílio Vaticano II; em análise histórica, J. Daniélou, *Nouvelle histoire de l’Eglise*, Paris, Seuil, 1963, secundou o movimento criado para uma secularização renovada, mas, do ponto de vista histórico, recebeu críticas de várias partes, mesmo em França. É hoje manifesto que, no século III se dava a ressurgência de cultos tradicionais e de cultos de mistérios orientais, ao mesmo tempo que as comunidades cristãs ganhavam formas de coesão e de presença na administração imperial, embora continuando a ser grupo minoritário influente (“minorité puissante”) que ocupava lugares de poder, segundo historiadores como Aline Rousselle, ainda que com distribuição geográfica não homogénea; por ser influente se revelava em crescimento, como parece revelar o número de bispos que no Egipto vai aumentando.

¹⁴ Cf. Marie-Françoise Baslez, *Comment notre monde est devenu chrétien*, Paris, CLD Éditions, 2011.

dos factos, que eram complexos, e um esquema posto em estrutura familiar que não condiz com as funções de Constantino¹⁵.

*

Ajustemo-nos à situação histórica – tanto quanto o permite uma síntese das questões mais adequadas à nossa exposição.

O modelo de poder experimentado por Diocleciano em Tetrarquia, a pretexto de complementaridade e vigilância recíproca, potenciara ambições políticas e o próprio Constantino, após a morte de seu pai, tinha de ajuizar com prudência e ponderação das situações que tinha de enfrentar. Proclamado imperador pelo exército que comandava, tinha de precaver-se da desconfiança dos seus pares. Por parte de Diocleciano, fora criada uma estratégia de renovação pelo regresso ao *mos maiorum*, repondo os cultos antigos como modo de garantir coesão na sociedade e gerar forças para defender as fronteiras, mas os modos de execução não criavam nem harmonia interna nem operacionalidade contra os bárbaros que chegavam às fronteiras: não eram os ritos que geravam afectos numa sociedade que mudara as suas referências e não era a obrigação de participar no culto que gerava vínculos de coesão social ou servia para comprovar fidelidades de modo a cerrar fileiras contra eventuais ataques provindos do exterior.

De facto, um fenómeno novo surgira e não podia ser ignorado: na sociedade romana haviam-se desenvolvido as comunidades cristãs, que celebravam um novo culto e desenvolviam solidariedades que se alargavam para além das fronteiras físicas; sempre essas comunidades haviam sido tomadas como estranhas e contra elas se tinham tomado medidas hostis, correntemente designadas por perseguições: as maiores haviam sido incrementadas pelo imperador Décio em meados do século III, por 250, e haviam sido tomadas ainda mais estritas no tempo de Diocleciano, por 303; no entanto, elas apenas sortiam o efeito contrário,

¹⁵ Não está em causa o afecto de Constantino por sua mãe, pois teve para com ela gestos de grande consideração, a ponto de a fazer figurar em moedas e lhe entregou palácios para viver; a 8 de Novembro de 324, atribuiu-lhe o título de Augusta. Cf. Hélène Yvert-Jalu, *L'impératrice sainte Hélène. A la croisée de l'Orient et de l'Occident*, Paris, Téqui, 2013.

dando maior coesão às comunidades perseguidas e maior visibilidade ao testemunho que habitualmente davam com discrição.

Em disputa de poderes, e depois de ter sido provável executor em momentos anteriores, Galério apercebera-se do erro em que havia caído, mas, quando quis emendar a mão para se retractar, estava em final de vida e não teve tempo para garantir efeitos de liberdade religiosa, pois nem todos os outros tetrarcas partilhavam as suas decisões nesse terreno.

É Constantino quem assume a herança, pois se dá conta de que em causa está o reajustamento do relógio do Tempo para uma História nova: no imediato, era necessária uma estratégia que sossegasse as tensões e havia que travar perseguições que nada resolviam e apenas podiam suscitar perplexidades com a perda de colaborações generosas e de fidelidade comprovada em comunidades espalhadas por todo o Império a que aderiam novos membros¹⁶. Problema era encontrar forma de proclamar a liberdade religiosa e pôr fim a perseguições (que arrastavam toda a perversidade de denúncias e de violências institucionalizadas)¹⁷.

Mais que “revolução” de Constantino, que tencionava voltar à monarquia do poder, havia, efectivamente, uma mudança operada pelo Cristianismo que correspondia à revolução iniciada no interior dos corações, mas que ganhava visibilidade também nos limites alargados da ecúmena romana: haviam-se multiplicado grupos que se reconheciam como um *tertium genus* porque não se confundiam com outros grupos e se afirmavam em identidade de vida espiritual; sem faltarem à lealdade para com os outros, mormente para com as autoridades legitimamente estabelecidas, e afirmando-se em solidariedade plena com todos, mas especialmente com os que comungavam da mesma fé, os cristãos (que assim se denominavam desde os primeiros tempos em Antioquia – cf. Act. 11, 26) ousavam expor-se à morte para manterem a fé a que haviam aderido voluntariamente, celebravam os que por causa dessa fé haviam sucumbido a golpes de autoridade

¹⁶ O número de cristãos era estatisticamente escasso, mas era significativo em alguns locais: se regiões havia em que o número não ultrapassaria 5%, noutras atingia 20%; a inquietação que isso provocava em ambientes tradicionalistas tinha consequências de desespero de que eram vítimas as comunidades cristãs que se iam afirmando em novas formas de solidariedade.

¹⁷ Comentam Jean-Michel Carné e Aline Rousselle, *L'Empire romain en mutation – Des Sévères à Constantin (192-337)*, Paris, Seuil, 1999, p. 219: “il faut savoir terminer une persécution”.

romana e viviam da solidariedade que praticavam entre todos, disso prestando público testemunho.

Tanto quanto podemos reconhecer no teor do Edito de Milão, por parte de Constantino houve a ousadia de proceder ao reconhecimento das comunidades cristãs que se haviam desenvolvido na sociedade romana: apercebeu-se da novidade que elas representavam e tomou a decisão de dar-lhes liberdade de culto e de associação, acabando de vez com a exclusão de que eram vítimas¹⁸, tanto por falta de reconhecimento jurídico como por actos de violência a que estavam sujeitas¹⁹.

Os efeitos das medidas tomadas por Constantino não escapariam, décadas depois, ao juízo de Juliano, conhecido tradicionalmente por Apóstata, pois acusou o seu antecessor de *nouator turbatorque priscarum legum*, ou seja, de “autor de inovações atentatórias das primitivas leis”, de acordo com registo feito por Amiano Marcelino²⁰.

Tivera o seu momento a promoção da *concordia deorum hominumque*, mediante a procura da *benevolentia deorum*, representada e interpretada pelos *favores imperiales*: pertencia ao passado captar a boa vontade de todos quantos prestassem culto às suas divindades; radicais eram os imperadores, que estavam também investidos das funções de pontífices, mas radicais eram sobretudo, por motivos de fé, as comunidades cristãs que não se deixavam iludir pelo alargamento do panteão romano²¹. Na sua frente ficava a fidelidade de fé professada por todos os que haviam ousado sacrificar a sua vida por ela.

¹⁸ Antonio Gallonio, *Traité des instruments de martyre et des divers modes de supplice*, Paris, Charles Carrington, 1904; J. Vergote, “Les principaux modes de supplice chez les anciens et dans les textes chrétiens”, *Bulletin de l’Institut historique Belge de Rome*, 20, 1939, 141-163.

¹⁹ As razões para as perseguições contra os cristãos foram diversas: umas de carácter político, outras de ordem sociológica, algumas de sentido religioso, outras de cariz político-religioso, sobretudo no período mais tardio. Quanto à sua frequência, verifica-se que elas aumentam com o tempo: de 64 a 250, houve 6, ou seja em média 1 cada 31 anos, mas de 250 a 305, a média é de 1 cada 14 anos; o ritmo cresceu depois de 250. Por locais, há que matizar também o mapa: antes de 250, as perseguições dão-se primeiro em Roma e alargam-se às Províncias; depois de 250, atingem todo o Império, em momentos sincronizados ou não.

²⁰ Am. Marc. 21, 10, 8.

²¹ Entre outras reflexões recentes, cf. Arnaldo Marcone, “L’Editto di Milano: dalle persecuzioni alla tolleranza”, in *L’Editto di Milano e il tempo della tolleranza – Constantino, 313 d. C.*, ed. Gemma Sena Chiesa, Milano, Museo Diocesano / Mondadori Electa, 2013, pp. 42-47.

*

Em concreto, importa saber que a rejeição do culto tradicional por parte da comunidade cristã custara vidas humanas. Quantas? O seu número real é problemático, mas inegável a sua existência: as *Actas de Martírio* são um desafio à análise²²; a celebração do martírio, nas reuniões eucarísticas, alargou seguramente o número real e a representação (mais remota ou mais chegada a nós) empolou situações, a legenda serviu o culto, preservou memórias²³. Nem por ver os seus membros levados perante os tribunais ou sujeitos a violências, a comunidade cristã se revoltou nem deixou de garantir colaboração à vida comum ou de orar a Deus pelos governantes (como era feito segundo as recomendações apostólicas – cf. Rom. 12, 14; 13, 1-7; 1 Petr. 3, 13-17) e de suplicar ao mesmo Deus que a tomasse digna de se apresentar diante d’Aquele que velava pela sua segurança e lhe prometia a Vida eterna.

A história coloca em Décio o odioso de ter recomeçado uma perseguição organizada contra os cristãos: procurava eliminar os seus orientadores ou responsáveis (bispos e outros), tentava privá-los de fontes espirituais (livros sagrados), retirava-lhes lugares de celebração (igrejas e lugares de reunião), obrigava-os a rituais que repugnavam à sua consciência. Efectivamente, sucedendo a Filipe, o Árabe (que Eusébio diz convertido ao cristianismo), por 250, o imperador Décio propõe-se restaurar as tradições romanas, promovendo valores como *pietas*, *pudicitia*, *ubertas* (religiosidade, modéstia, prosperidade), e impondo o culto imperial, até aí facultativo, mas agora com um ritual que obrigava a comprová-lo por um certificado, *libellus*, como modo de criar coesão em todo o Império. A reacção passiva dos cristãos (que se limitaram, primeiro, a evitar participação nas cerimónias rituais) tomava-os malquistos e deixava-os à mercê de levantamentos populares que reclamavam castigos por os considerarem

²² Cf. *Acti e Passioni dei Martiri*, ed. A. A. R. Bastiensen et alii, Milão, Fondazione Lorenzo Valla / Arnoldo Mondadori, 1990. Robert Godding, Bernard Joassart, Xavier Lequeux, François De Vriendt, Joseph van der Straeten, *Bollandistes, saints et légendes. Quatre siècles de recherche hagiographique*, Bruxelles, Bollandistes, 2007; Hippolyte Delehaye, *Les passions des martyrs et les genres littéraires*, Bruxelles, Bollandistes, 1921; Marie-Françoise Baslez, *Les persécutions dans l’Antiquité. Victimes, héros, martyrs*, Paris, Fayard, 2007.

²³ Elizabeth A. Castelli, ed., *Martyrdom and Memory: early Christian Culture making*, Chichester, New York, Columbia Press, 2004.

culpados de flagelos infligidos pelos deuses molestados por lhes ser contraposto um culto que lhes retirava as honras tradicionais²⁴.

A perseguição nem sempre chegou à exclusão por pena capital, mas muitos foram molestados – a forma de tratamento variou conforme as regiões (Orígenes, de Alexandria, foi metido na cadeia; Cipriano de Cartago teve de se refugiar em lugar secreto; outros foram desterrados)²⁵. A historiografia cristã reverteu os tempos mais marcados para o esquema bíblico das dez pragas (sofridas no Egipto pelo povo da Aliança): a perseguição começara em Herodes Agripa e prolongara-se até Constantino com intervalos de angústia, mas nunca de desespero – porque se mantinha a Promessa de que a Igreja não soçobraría (Mat. 16, 18) e a Aliança continuava no horizonte.

Diocleciano, tomando como modo de governo a associação de quatro detentores do poder, em Tetrarquia, dois como *Augusti* e dois como *Caesares* e propondo-se criar maior coesão e vigilância no Império, replicou a acção de Décio, pois os cristãos eram os mais visados como factor de divisão por não aderirem ao culto oficial.

Ousou Constantino inverter o rumo dos acontecimentos: como estratégia política voltou à forma monárquica para garantir unidade e não dispersar o exercício do poder; reconhecendo a dinâmica que os grupos cristãos davam à solidariedade entre eles e tendo comprovado a sua lealdade ao poder, considerou que havia que confiar-se à protecção de Cristo que eles invocavam, ganhou confiança e considerou que havia sinais que lhe garantiam essa protecção quando em luta contra Maxêncio este parecia abandonado pelos deuses tradicionais que ele invocava no perímetro de Roma. Respondendo a esses sinais, resolve garantir a sua protecção aos cristãos concedendo liberdade religiosa no Império. De forma declarada, pelo Edito de Milão, ficavam os cristãos com liberdade para celebrar o seu culto e Constantino, embora mantendo o título de Pontífice, renunciava a

²⁴ Cf. J. B. Rives, "The Decree of Decius and the Religion of Empire", *Journal of Roman Studies*, 89, 1999, 135-154; J. R. Knipfing, "The *libelli* of the Decian persecution", *Harvard Theological Review*, 16, 1923, 345-390; *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt: Geschichte und Kultur Roms*, ed. Hildegard Temporini e Wolfgang Haase, Berlim, De Gruyter, 1980, vol. 23.

²⁵ A comunidade de África, dependente de Alexandria, deve ter sofrido animosidades que Roma tinha para com o mundo helenístico que se contrapunha à sua cultura.

controlar o culto divino; os cidadãos romanos podiam olhar uns para os outros sem superioridade ou desdém à face do Céu²⁶.

Tem razão o Cardeal Angelo Scola para lamentar (e verberar) aproveitamentos (activos e passivos) de conversos demasiado zelosos por reclamarem direitos do sagrado que lhes apareça revestido de verdade infalível e de intransigência de fogo: alguns são honestos, certamente no modo como se sentem revestidos de sagrado, outros talvez sejam apenas aproveitadores de fragilidades comuns para ousarem mandar parar o sol de cada manhã²⁷. A aceitarmos a expressão utilizada (“falsa partida”), teremos de considerar que alguns (os mais honestos de entre os cristãos) terão mandado parar a “corrida” para atender a algum samaritano caído à beira da estrada e não deixar que outros avançassem sem controlo; outros houve que se constituíram em funções de árbitro para decisões que não lhes competiam²⁸.

Importa não generalizar, mesmo se não conseguimos medir o grau de confiança dada por eles ao Edito. A aplicação de imediato fez-se em local restrito, em Nicomédia, onde Maximino, o César que estava associado a Licínio, pretendia continuar a aplicar disposições favoráveis aos cultos tradicionais. Quanto a Constantino, tinham razões os cristãos para considerarem que, mesmo antes de se submeter ao baptismo, ele se identificava com a celebração de “sacrifícios espirituais” – os únicos que interessa preservar porque os únicos que são livres e pessoais: o imperador mandara pôr termo a sacrifícios sangrentos e isso era sinal de que deixara de haver sacrifícios humanos (o Anjo de Abraão descera uma vez mais à terra, mas agora nem o cordeiro, providencialmente aparecido entre as moitas, tinha que ser imolado). Não se desprendeu Constantino do véu de sacrificador, porque conservava a púrpura de imperador, mas recusou servir-se da *aruspicina*, para prenúncio de qualquer acontecimento que viesse ao seu encontro, e declinou também os *triumpha* que o levassem ao cimo do Capitólio depois da

²⁶ Cf. *Costantino prima e dopo Costantino / Constantine before and after Constantine*, cur. Giorgio Bonamente, Noel Lensky, Rita Lizzi Testa, Bari, Edipuglia, 2012.

²⁷ Cf. Peter Brown, *Society and the Holy in Late Latin Antiquity*, Berkeley, UP, 1989.

²⁸ Não há que esconder a intolerância religiosa assumida por parte da Igreja institucional ou por parte dos poderes por ela influenciados: cf. Pier Franco Béatrice, *L'intolleranza cristiana nei confronti dei pagani*, Bolonha, Ed. Dehoniane, 1993; A. Momigliano, loc. cit., expõe com meridiana clareza algumas das condicionantes.

vitória conseguida sobre os inimigos, porque entendeu que a vitória sobre Maxêncio tinha sido fratricida e não era gloriosa a vitória; sensibilizado andava ele pela mensagem de uma nova religião, representada por pequenos grupos. Em acto de celebração da vitória, retomou o acto de Galério que renunciava a exclusões e aceitou o contributo que os cristãos lhe proporcionavam. Com isso “acelerou a história”²⁹, embora não evitando equívocos, na presunção de que providencialmente lhe pertencia ser *episcopus ad exteros* – autoridade vigilante dos que não pertenciam à Igreja. Gesto desnecessário e excessivo? A paz (ameaçada pelos grupos donatistas) era bem a defender e Constantino assim o terá entendido.

Não ficou Constantino liberto dos seus demónios, mas não o havemos de ostracizar para o colocarmos fora do nosso mundo: procederemos assisadamente se não o mantivermos como mais um fantasma que não conseguimos esconjurar. Com o Edito de Milão, em 313, ousou ele romper fronteiras e abrir as portas a um mundo novo: por isso, pela novidade que ele evoca, merece ser trazido à memória³⁰. Em interpretação pessoal, ele próprio, Constantino, atribuiu o seu gesto não a estratégia ou a mérito pessoal, mas a inspiração divina (*instinctu diuinitatis*), convertida em *dynamis* / *virtus*, assistido pela divindade. Coube-lhe ter de governar um Império que tentou manter em paz e para isso ousou deixar Roma como lugar simbólico, entregando edifícios ao novo poder espiritual, e colocou-se de sentinela em ponto mais estratégico para garantir defesa, em local geográfico onde mais se faziam sentir os embates externos, no Bósforo, onde ergueu uma nova cidade, Constantinopla, perfazendo com isso o regresso às origens do povo romano, que o próprio Júlio César projectara, mas não levara por diante.

²⁹ A expressão pertence a Marie-Françoise Baslez, *Comment notre monde est devenu chrétien*, Paris, CDL Éditions, 2007, p. 201.

³⁰ Vale a pena voltar ao texto de Antonio Fontán, “La revolución de Constantino”, in *La conversión de Roma – Cristianismo y Paganismo*, edd. José Mana Candal et alii, Madrid, Clásicas, pp. 107-150. Não foi Constantino o primeiro imperador a enfrentar o medo instalado na sociedade romana de cedência à religião cristã; recorde-se o nome de Filipe, o Árabe: sobre a história das perseguições, cf. Marta Sordi, *I Cristiani e l’Impero Romano*, Roma, Oscar Mondadori, 1990.

*

Faltou nalgum momento a clarividência da profecia para a hierarquia eclesiástica não se imiscuir em actos de governo ou evitar interpretações sacralizadoras (como se podem censurar em Eusébio de Cesareia) e faltou ao poder político a ponderação de meios para salvaguardar o sentido de justiça e assim criar a noção do serviço que a todos desse o que pertence a cada um?

Em juízos de hoje, podem-se apontar ocasiões em que a renúncia era aconselhável (só os contemplativos e eremitas souberam entender quando deviam tomar o caminho do deserto); reconhecemos também que houve hierarcas que não hesitaram em fazer de monges tropa de combate para defesa própria³¹ e outros se permitiram levar o zelo mais longe para forçar pretensas conversões³²; por vezes, não houve sentido da tolerância para criar solidariedade com quem pedia ajuda e olhou-se com desdém para o joio que crescia com o trigo, esquecendo que as decisões pertencem ao juízo de Deus, que manda esperar pelo amadurecimento e não antecipar a colheita³³. Investidos em poder, muitos fizeram dele serviço em favor dos outros, mas houve quem não se importasse com a privação de liberdade que outros sofriam; poucos souberam advertir que a verdadeira tolerância, para fazer jus à origem da palavra, compromete em solidariedade (de quem aceita apoiar a dinâmica do outro), sabendo, por outra parte, que a indiferença mútua destrói o que nunca começou a erguer-se em esperança³⁴.

Há um rosário de amarguras que nunca havemos de esquecer, mas o mundo seria também mais sombrio se a memória que trazemos connosco não servisse senão para acentuar fragilidades ou para marcar razões de desconfiança e

³¹ Nunca tínhamos advertido nessa situação, mas ela é apontada por Ramsay Mac-Mullen, *Christianisme et paganisme du IVe au VIIIe siècle*, Paris, Perrin, 2011, p. 26.

³² A vitória deu, por vezes, carácter arrogante e até agressivo a alguns mentores e pastores da comunidade cristã: até Martinho de Tours, antigo soldado do exército romano, não deixará de lançar por terra os símbolos dos antigos cultos, mas ele próprio, com outros, entre os quais Ambrósio de Milão, reprovaram a iniciativa de Itácio de Ossónoba em reclamar a morte para Prisciliano. Não é aqui o lugar para mencionar representantes da intransigência pastoral que passava à acção: a Cesário de Arles, Máximo de Turim, Gregório Magno poder-se-á contrapor a acção de Martinho de Dume, no seu *De correctione rusticorum*.

³³ Math. 13, 29-30.

³⁴ Os dicionários podem explicar a etimologia da palavra: sendo *tolerantia* tem afinidade directa com *tollo* e com *sustuli*, cuja forma de base, *tuli*, serve de *perfectum* a *fero*, verbo que tem o valor de apoiar e dar a mão a quem precisa. Cf. Emout-Meillet, *Dictionnaire étymologique ou histoire des mots...*

despeito: o epíteto de “era constantiniana”, como denúncia, corre o risco de ser, para tempos recentes, um dos últimos vislumbres dos fulgores do Império ocidental³⁵...

No lamento, perderíamos o sentido da liberdade como fonte de responsabilidade para construirmos comunidades de homens que, embora vindos de caminhos diversos, se dão as mãos e olham na mesma direcção; faltaríamos ao dever de solidariedade e assistência mútua que os primeiros cristãos não dispensavam e nunca foi posto em menor estima por todos quantos se devotaram ao Espírito de santidade; esqueceríamos a capacidade de escolha e determinação que esteve na base dos eremitas que buscaram no deserto o que parecia extinguir-se nas cidades, até que o sacrifício espiritual descobriu o sentido da dedicação em favor dos mais ignorados; passaríamos por cima de todas as memórias que foram elaboradas para celebrar liturgicamente a fidelidade do martírio suportado até sacrificar a vida por uma felicidade maior; deixaríamos de lado também todo o sentido da celebração do culto cristão, em que se dá a convergência de tempo e de eternidade, começando por humildemente bater a penitência em nosso peito.

Arvoraram-se símbolos identitários da comunidade cristã e não podemos senão reconhecer que eles procedem de utopias que se cruzam com a novidade buscada no Alto: a narrativa que supõe a visão de Constantino na véspera da batalha da Ponte Mílvia / *Pons Milvius* e a criação do lábaro do imperador (com o monograma e a empresa emblemática *in hoc signo vinces*) nascem de agenciamentos precários, em que se investiu significado novo; no caso, associou-se o divino à sorte de uma batalha de risco incerto, quando o rito marcial antigo era de invocação das divindades mais favoráveis e aqueles que compunham as fileiras do imperador se confiavam à protecção de Cristo Salvador, entrevisto na invocação solar do próprio Constantino, antes de defrontar Maxêncio...

A cristianização do Mundo Romano é um tema complexo que historiadores como Peter Brown ou R. MacMullen ajudam a problematizar, mas deixam em

³⁵ Tinha razão Marie-Dominique Chenu, teólogo dominicano, para, em 1961, em vésperas de realização do Concílio Vaticano II, denunciar um estado de coisas que travava a profecia, mas habituámo-nos facilmente ao quotidiano dos dias para não ficarmos agarrados a privilégios que não eram nossos. Sobre as circunstâncias de ontem, cf. Andrea Giardina, “L’epoca di Costantino”, in *Costantino prima e dopo Costantino – Constantine before and after Constantine*, cur. Giorgio Bonamente, Noel Lenski, Rita Lizzi Testa, Bari, Edipuglia, 2012, pp. xxix-xlvi.

suspensão de uma espada que recai sobre as nossas cabeças: vendo-a como processo que se foi estruturando, por entre recuos e avanços, sem que possamos antecipar o momento da Parúsia, porque só Cristo a antecipou na manhã da Ressurreição, saberemos reconhecer que o processo do Tempo de Deus é lento e sem fim à vista.

Necessários são os balanços de fim de época, mas todos eles são provisórios: a mensagem é proposta aos homens de bem-querer, mas não exclui quem a rejeita; por outro lado, o tempo, a que nos entregamos, não tem reguladores de contabilidade fiável, mas nem por isso poderá faltar a Palavra que há-de reconfortar os que estendem a mão à beira do caminho. Ganhámos algumas vezes a corrida, quando o evergetismo de outros tempos foi ultrapassado pelo “amor pelos pobres”, mas às vezes eles (os verdadeiros pobres merecedores da bem-aventurança) foram pretexto para encobrir traficâncias; por sua parte, a *paideia* (mais antiga ou mais chegada), a que nos entregámos como modo de valorização colectiva e pessoal, moderou muitas vezes a intolerância e a escola foi casa de educação para a cidadania de convívio, mas arriscámo-nos a confundir o que conseguimos em favor de todos com o que era da responsabilidade de cada um; houve saltos qualitativos na organização de estruturas (a criança entrou em nova relação³⁶), mas precisaríamos de ter chegado a patamares de verdadeira sabedoria para escolhas motivadas e não arrastadas, planificadas mas não interesseiras; houve ganhos no exercício da *potestas*, quando ela foi mitigada pela *auctoritas* que era dinamismo de crescimento partilhado (com sentido de aumento interior) e pela *caritas* que fosse verdadeira (expressão de afecto que multiplica os bens quando necessário): esta última foi por vezes desvirtuada e esvaziada de verdadeiro conteúdo, tomando-se necessário reconduzi-la ao prestígio de quem é amado, mesmo que não se deixe abraçar, para isso também contribuindo a *deuotio* que se distingue por dedicação ao serviço dos mais necessitados, sem que o gesto se deixe aprisionar e implique retribuição; a condescendência (*synkatabasis*) não se deveria limitar a conveniência social e até a *humilitas* em ordem integradora deveria ser pressurosa e activa para se tomar modelo dos servidores do sagrado³⁷.

³⁶ Cf. Pierre Riché, *Education et culture dans l'Occident barbare, VI^e-VIII^e siècles*, Paris, Seuil, 1962.

³⁷ Cf. Peter Brown, *Authority and the sacred: aspects of the Christianisation of the Roman World*, Cambridge, UP, 1995; Id., “The problem of Christianisation”, *Proceedings of the British Academy*, 82, 1993, 89-106. R. MacMullen, “What difference did the Christianity make”, *Historia*, 35, 1986, 322-343.

Enfim, em juízo de pastoral reconhecerão os responsáveis que a evangelização é mais lenta do que a alteração de atitudes e de mentalidades e não se pode confundir com instâncias de propaganda, pois ela só é conseguida quando entra nos corações. São equívocos os sinais que julgamos vindos do Céu; corremos o risco de não os entender se faltar a Profecia, que, de si, é anúncio do Reino que não nos pertence.

*

O Edito de Milão é acto de dois imperadores: coloca possibilidades de viver um tempo novo; não tem que ser assumido como Pentecostes senão enquanto a Igreja se deixa atravessar pela Profecia que proclama o Evangelho que a anima e lhe serve de referência.

Olhando para as fontes primitivas, quase parece que a comunidade cristã recebeu a notícia sem euforias, pois até a julgaremos pouco preocupada em preservar testemunhos do documento imperial que lhe abria as portas da rua e lhe garantia a propriedade dos templos ou a restituição dos bens que lhe haviam sido retirados. A vida cristã é efectivamente do quotidiano, qualquer que seja o seu condicionamento; a liberdade oferecida não acrescentou nada ao que já havia de liberdade interior sentida e vivida por parte de quem se devotara ao espírito do Evangelho em favor de quem o requeria; alguns sentiram o Espírito que “sopra onde quer”, sem que se possa aprisionar: uns tantos partiram para o deserto para garantirem a capacidade de oferecer o verdadeiro sacrifício espiritual, outros entregaram-se à descoberta das maravilhas de Deus no mundo e entenderam que, entoando os *magnalia dei* (Act. 2, 11), reuniam os “Filhos de Deus dispersos” (Ioha. 11, 52)...

Buscando as escassas fontes do documento imperial³⁸, verificamos que elas ficaram quase esquecidas nos meandros da história dos homens; será talvez uma

³⁸ A tradição da obra de Lactâncio, *De mortibus persecutorum*, conta apenas com um manuscrito, do séc. IX, *Colbertinus* 2627, da BN de Paris, originário da Abadia de Moissac; a genuinidade da obra tem sido posta em causa pelo contraste que revela o texto quanto à linguagem e ao estilo do autor, embora Jerónimo tenha incluído a obra entre as de Lactâncio; suspeita-se que o teor do texto ficou subordinado a interferências estranhas, por interesses (talvez do próprio Constantino) que o autor terá atendido... Cf. T. D. Bames, “Lactantius and Constantine”, *The Journal of Roman Studies*, 63, 1973, 29-46. Louvado o autor por muitos desde a antiguidade cristã, foi-lhe recusada autoridade maior pelo Papa Gelásio. No *De mortibus persecutorum*,

inevitabilidade da memória instalada, mas, no caso, talvez porque a Igreja que se seguiu esteve mais preocupada em atender ao Espírito que nela se fazia sentir que preocupada com venerar documentos – para isso terão bastado os oficiais da memória constantiniana, Lactâncio e Eusébio; em tempos tardios associou-se à acção primitiva a *Donatio Constantini*, mas a esse exercício não vale a pena dar-lhe mais mérito que o de buscar ficticiamente os fundamentos para usar o que estava à disposição desde tempos antigos³⁹.

Em acto de repristinação desses tempos primeiros e, ao procurarmos salvaguardar os horizontes da história que pertence a todos os homens, pediremos que pelo menos “os homens de bem-querer” recuperem o sentido da memória: não apenas por respeito pelo passado, mas também e sobretudo pelo que nesse passado nos revemos. Em juízo crítico, poderemos sonhar com um futuro menos sombrio do que aquele que vamos carregando aos ombros, embora não consigamos evitar que a pedra de Sísifo se nos escape pela montanha abaixo...

Quanto ao edito de Constantino relativo à liberdade religiosa, não havemos de reear trazê-lo à sua natureza jurídica e à verdade dos factos, sem lhe

a tese perfilhada é apologética e ajustada a defender a perspectiva de que a justiça divina é inexorável e impiedosa quando recai sobre os malvados; quanto aos Imperadores que desencadearam as perseguições só o podiam ter feito por serem pérfidos e incapazes – como homens e como governantes, pelo que foram nocivos ao povo romano; influenciados por demónios, só podiam ter incorrido nas iras de Deus e na aversão do povo: como governantes foram incapazes de defender as fronteiras e foram derrotados; como homens receberam castigo por doenças incuráveis e dolorosas. Quanto a Constantino, a sua proximidade com a Igreja já em 312 é suspeita e supõe um juízo de conivência por parte de Lactâncio; a sequência dos factos parece ajustada para se adequar a percurso de vencedor que se vai desfazendo dos inimigos. Cf. *Autour de Lactance: hommages à Pierre Monat*, ed. Jean-Yves Guillaumin e Stéphane Ratti, Besançon, PU Franche-Comté, 2003. O título de “Cícero cristão” dado a Lactâncio pelos homens renascentistas (Pico della Mirandola, entre outros) não resiste a análise, senão enquanto se dedicou ao ensino da retórica; quanto ao estilo, os contrastes são por demais manifestos.

³⁹ O processo do texto está feito e esclarecido como tentativa de Roma suplantar processos carolíngios de actuar sobre os territórios que estavam à sua volta. Cf. N. Huyghebaert, “Une légende de fondation: le *Constitutum Constantini*”, *Le Moyen Âge*, 85, 1979, 173-209. Segundo esse ilustre beneditino (Dom Nicolau, com quem aprendemos a situar o texto), o folheto teve origem em Roma, num tempo, pelo século VIII, em que a igreja de S. João de Latrão teme a concorrência de S. Pedro que se torna centro de peregrinação pela *inventio* / descoberta do túmulo do Apóstolo e, por sua parte, os reis francos tendem a oferecer títulos de protecção às igrejas de Roma: valendo-se das Actas de S. Silvestre, papa contemporâneo de Constantino, o autor, quem quer que ele seja, procura atrair peregrinos a S. João de Latrão e conquistar favores para a sua igreja. Lorenzo Valla e Nicolau de Cusa, no século XV, foram suficientemente lúcidos para evitarem reconhecer autenticidade ao texto.

negarmos o que dimana de uma autoridade que procura acertar o passo com a história, deixando que os homens, a começar por um certo governador de Província, em Nicomédia, façam o resto⁴⁰. Houve empolamentos como houve esquecimentos que evitaram análises e por isso deu-se por adquirido o que devia ser objecto de consideração isenta e sensata: facto é que colocamos marcos na estrada e só quando ela se estreita voltamos a aperceber-nos de que eles estão onde os colocámos, mas só têm préstimo se ele for para além do reconhecimento feito pela arqueologia...

Alguns continuarão a festejá-lo como acontecimento com que se identificam, outros verão nele insídias pérfidas e aproveitamentos sombrios para se colocarem a distância; razões temos para não converter a representação em realidade nem continuar a alimentar fantasmas, confundindo actos políticos com construções teológicas, sabendo que também para isso vale a advertência de que Constantino foi hábil para procurar “uma teologia da vitória”⁴¹.

Neste domínio, Constantino não inventa de raiz toda a sua mitologia, mas contribui para ela, como estratega que cultiva a sua imagem: por detrás da sua figura, acarinhada pelos cristãos, está uma simbólica profana de tempos mais antigos, transferida para tempos novos; a narrativa da sua vitória tem ajustamentos de situação, que tanto servem a ele como a outros, nomeadamente a Licínio (que se considera também beneficiado com um sonho antes de combater o seu adversário Maximino, levado, aliás, a isso por Constantino).

Libertos de preconceitos, olharemos com humildade para o que a memória traz até nós: havemos de eliminar atavios que porventura se foram tornando caducos por termos deixado envelhecer os enfeites que pusemos no andor.

Em momentos de crise, há o perigo de a memória não garantir a história porque lhe reduz a dimensão⁴²; pelo contrário, existe também a possibilidade de utilizar as sombras para recortar nelas a nossa projecção. Sobre as narrativas que nos chegam é sempre possível envolver-se em dupla leitura: uma, feita de

⁴⁰ Já em finais do século XIX, O. Seeck, “Das sogenannte Edikt von Mailand”, *ZKG*, 10, 1891, 381-386, negava a existência de um edito por parte de Constantino; cf. Joseph-Rhéal Laurin, *Orientations maîtresses des apologistes chrétiens de 270 à 361*, Roma, Gregoriana, 1954, pp. 308-320.

⁴¹ François Heim, *La Théologie de la victoire de Constantin à Théodose*, Paris, Beauchesne, 1992.

⁴² André-Jean Tudesq, “Histoire et mémoire: une relation ambiguë et contradictoire”, in *Le temps de la mémoire II: soi et les autres*, ed. Danielle Bohler, Gérard Peylet, Bordéus, PU. 2007, pp. 97-106.

palavra fácil, para repetições, refractária a análises dedicadas; outra, favorável a olhar o mundo dos homens através de transfigurações que brotam dos anseios por novos tempos. Se nos é permitido voltar a Paul Ricoeur, cuja memória evocamos em passagem de centenário do seu nascimento, “*la fidélité au passé n’est pas une donnée, mais un vœux; comme tous les vœux, il peut être déçu, voire trahi*”⁴³. Por isso, mal seria que não soubéssemos entrever as derivas da história para darmos a cada tempo o que lhe cabe: em recuperação de lições por vezes esquecidas, voltaremos aos ensinamentos do Papa Gelásio, que, em finais do século V, demarcava terrenos e pedia que “o poder espiritual se mantivesse afastado dos embustes mundanos e que, combatendo por Deus, não se intrometesse nos negócios seculares ao mesmo tempo que se pedia ao poder secular que evitasse tomar conta da gestão das coisas divinas; aceitasse cada qual ocupar modestamente o lugar que lhe pertence, em lugar de se enaltecer com o que retirasse ao outro para ficar com toda a autoridade: melhor seria que cada qual se ocupasse das coisas que lhe pertencem”.

No seu significado maior, o Edito constantiniano proclama a *concordia hominum*, que, se bem entendemos a reacção de Augusto quando o Senado o quis proclamar divino, era obra, não sua, mas de Deus; foi essa a mensagem percebida pelos primeiros cristãos quando nos Evangelhos escreveram: “Glória a Deus nas alturas e paz aos homens de bem-querer”; no horizonte, por entre altares erguidos à paz (como o de Augusto, em Roma), terá de ficar o comprometimento com os Direitos do Homem sem esquecer os Direitos de Deus⁴⁴.

Em liberdade plena de homens que ousam partilhar lealmente a sua condição humana e são avessos a consultar arúspices (sejam eles etruscos ou de outra origem). Porque a história está nas nossas mãos, postularemos horizontes de infinito, negando a arbitrariedade dos limites impostos seja por imperadores no esplendor dos seus tronos de justiça (ou com as suas vestes de culto, velando a cabeça com o véu ritual), seja por zelosos guardas pretorianos (em trajes marciais) postados em cada esquina de rua (agora em nome da laicidade), seja

⁴³ P. Ricoeur, op. cit., p. 643.

⁴⁴ Estávamos nós entre os que haviam demandado a Praça de S. Pedro num domingo de 1991 para escutar João Paulo II: com voz marcada, o Papa, que se dirigia à multidão que ali acorrera, fazia ecoar a sua palavra perguntando pelos Direitos de Deus.

eventualmente por sentinelas que se arrogam o direito de serem directores de consciência e pretendem até evitar o sacrifício espiritual⁴⁵. Constantino, que não era oportunista que se prevalecesse dos fracos, afinal, é interpelação para os nossos dias, mesmo que a sua sombra sirva para contraste.

(VERSÃO ALARGADA DA COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013)

⁴⁵ Cf. Everett Ferguson, "Spiritual sacrifice in early Christianity and its environment", *Aufstieg...*, 23, 2, pp. 1152-1190.